

Editorial

1. As revistas científicas, mesmo quando atingem uma dimensão internacional, têm sempre uma raiz local: resultam de um projeto de uma editora, de uma associação científica, ou, como no caso da Revista Lusófona de Educação (RLE), de um centro de investigação e desenvolvimento (I&D) de uma universidade. No caso da RLE, a sua edição, embora obedecendo às melhores práticas de publicação (nomeadamente através do uso sistemático da blind peer review), procura responder às orientações científicas do Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento (CeIED), uma UI&D inserida no sistema científico português tutelado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT).

No exercício de apresentação do programa estratégico para o período de 2015 a 2020, elemento decisivo para a avaliação das UI&D pela FCT, o CeIED apresentou como um dos seus objetivos o de tornar a RLE uma das principais revistas internacionais no campo das Ciências da Educação, situando-a, em termos de Impact Factor, como uma das cem mais importantes a nível mundial. É um objetivo extremamente ambicioso e de muito difícil alcance, mas que serve para mostrar a nossa permanente insatisfação e vontade de melhorar a qualidade da revista e da sua capacidade de penetração nas redes mundiais de difusão científica.

Na estratégia definida figura a importância do estabelecimento de redes e parcerias com outros centros de I&D, nacionais ou estrangeiros. O presente número insere-se nesta orientação estratégica, contendo um dossier temático, *Perspectivas e Desafios para a Educação em Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática*, elaborado em parceria com a Unidade de Investigação em Educação

e Desenvolvimento (UIED), da Universidade Nova de Lisboa. Na nota introdutória, da responsabilidade dos editores convidados, entre os quais figura um dos mais antigos membros do Conselho Editorial da RLE, é feita a apresentação dos artigos, seleccionados a partir de um call for papers lançado no final de 2011. A qualidade do dossier é inegável, abrindo a RLE a problemáticas em geral ausentes nos números anteriores, mas que constituem uma das principais preocupações das políticas públicas (e da investigação no campo educativo) da atualidade.

2. Para além desse dossier, o presente número convida o leitor para a reflexão de um outro conjunto de artigos que oferecem um outro olhar sobre os problemas da educação.

Bernat Sureda Garcia & Francisca Comas Rubí, em *La transición en los modelos de la pedagogía del ocio a finales del franquismo a través de fuentes fotográficas: las colonias de verano de Can Tàpera en Baleares*, exploram as possibilidades das fotografias como uma fonte para a história da educação. O estudo baseia-se numa colecção de fotografias de um acampamento de Verão no período que medeia entre o final do regime de Franco e os primeiros anos de democracia.

No artigo *Dados de Investigação em Ciências da Educação e Artes Visuais: testemunho para a construção da Escola Inclusiva*, Maria Odete Emygdio da Silva reflete sobre a necessidade e a premência de formação no que respeita à inclusão de alunos com necessidades educativas especiais.

Luísa Schmidt e João Guerra, no artigo *Do Ambiente ao Desenvolvimento Sustentável: Contextos e Protagonistas da Educação Ambiental em Portugal*, apontam para a necessidade de reforçar a vertente cívica nos objetivos da Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável. E, pela investigação realizada, constata-se a dificuldade de penetração da Educação Ambiental/Educação para o Desenvolvimento Sustentável EDS nos currículos dos ensinos básico e secundário, o que é sintoma duma desarticulação institucional persistente entre os vários ministérios envolvidos.

No artigo, *A Administração Escolar: racionalidade ou racionalidades?*, Maria João de Carvalho argumenta que o facto da administração escolar adoptar os mesmos pressupostos da administração empresarial, é um factor decisivo para a situação de crise de racionalidade, de motivação e de legitimidade em que aquela se encontra. A racionalidade instrumental, não tem permitido que os actores educativos se constituam enquanto sujeitos democráticos. A prática dos directores escolares parece bloquear o aparecimento de uma racionalidade democrática e emancipatória. A autora leva-nos a pensar a educação e a administração de outra maneira, enfatizando a necessidade dos indivíduos terem a

possibilidade de se tornarem sujeitos de sua prática. Esse é o apelo do sentido emancipatório que a democracia encerra.

Elisabete Paulo e Isabel Sanches recenseiam a obra de Charles Gardou intitulada *La société inclusive, parlons-en! Il n'y a pas de vie minuscule*, publicada em 2012 pelas Editions Érès. Segundo o autor, os avanços científicos e técnicos não se têm traduzido em mais equidade social mas, pelo contrário, têm acentuado a desigualdade, a competição e a sobrevalorização de bens materiais. Charles Gardou, ao considerar que a deficiência necessita de uma abordagem mais colectiva, salienta a importância do alargamento de um espaço público a todos, com instituições e políticas públicas reformadas, através de uma acessibilidade multidimensional e universal.

No cumprimento de uma das rubricas da política editorial da *Revista Lusófona da Educação*, divulgam-se alguns dos resumos de Teses de Doutoramento defendidas no Instituto de Educação da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Lisboa, dezembro de 2013

António Teodoro, José V. Brás & Maria Neves Gonçalves